



BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 02.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201 - Canoas - RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:
 Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2022 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Empresa
 A Companhia está situada no município de Canoas – RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na localização de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de montagem e armazém de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.

Mercado e Cenário Econômico
 Analisando o comportamento do mercado brasileiro no ramo de atuação da Companhia em 2022 e, fazendo o comparativo com o ano anterior, percebe-se que as exportações cresceram 19% e somaram US\$ 334.463 bilhões. Já as importações cresceram 24,3% no período comparativo e totalizaram US\$ 272.701 bilhões. Desse modo, o superávit na balança comercial brasileira fechou o ano de 2022 em US\$ de 61.761 bilhões, um aumento de 15% em relação a 2021.

No Porto Seco, atividade principal da Companhia, os setores de importação e exportação estão diretamente relacionados ao cenário econômico interno e externo. A Companhia obtém um crescimento positivo, principalmente, nas operações com serviços relacionados à importação que obteve um crescimento de 88%, em comparação com o ano anterior. As operações que mais contribuíram para esta elevação, estão diretamente ligadas aos setores industrial, automobilístico e equipamentos para energias renováveis.

Nas exportações, a Companhia obteve um decréscimo de 23% em relação ao exercício anterior, decorrente da retração do mercado interno exportador que opera a saída de mercadoria em zona secundária. Também houve uma redução nas operações do regime aduaneiro especial em DAC – Depósito Aduaneiro Certificado, cuja principal característica é permitir que a mercadoria seja formalmente exportada (sem sair do país), para todos os efeitos fiscais, creditícios e cambiais, a mercadoria nacional depositada em recinto alfandegado, vendida a pessoa sedada no exterior.

Apesar da agropecuária e da indústria extrativa serem os setores que mais contribuíram para o superávit nas exportações brasileiras, estes setores não utilizam o Porto Seco para exportar e, portanto, não influenciam na Companhia.

Table 1 - Receita Bruta Operacional – Porto Seco

	2022	2021	%
Importação	RS 19.514	RS 10.575	88%
Exportação	RS 2.705	RS 3.503	-23%
DAC	RS 0	RS 7.602	-100%

A Administração destaca como principal ponto de melhoria nos processos internos, a obtenção da certificação da Receita Federal do Brasil para ser membro do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA). O reconhecimento é concedido aos operadores da cadeia logística internacional que demonstram capacidade de ger satisfatoriamente riscos relacionados à segurança física das cargas.

Desempenho Econômico e Financeiro
 A seguir, apresentamos os indicadores financeiros que demonstram o desempenho da Companhia nos exercícios fndos de 2022 e 2021.

Table 2 – Indicadores Financeiros

	Em milhares de reais		
	2022	2021	%
Receita Líquida	28.626	29.483	-3%
Custo dos Serviços Prestados	12.497	15.440	-19%
Lucro Bruto	16.329	15.943	2%
Margem Bruta	56,65%	54,08%	2,57 p.p.
Despesas/Receitas Operacionais	-9.307	-9.491	2%
EBIT	8.022	6.452	24%
Margem EBIT	27,93%	21,88%	6,05 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	6.933	2.107	324%
IR e CSLL	-5.061	-2.870	76%
Lucro Líquido	9.894	5.689	73%
EBIDTA	8.933	7.612	17%
Margem EBITDA	30,99%	25,82%	5,17 p.p.
Margem Líquida	34,32%	19,30%	15,02 p.p.

* Para fins comparativos, deve-se acessar o montante de RS 559 mil referente aos créditos tributários de PIS e COFINS que, no ano anterior, computavam a receita líquida, o que a eleva para RS 29,3 milhões.

A receita líquida de 2022, na comparação com o ano anterior, se manteve constante, mesmo com o término das operações especiais em DAC com cliente do exterior.

Importante destacar foi o incremento obtido na receita não operacional, em especial no resultado financeiro (aplicações financeiras de curto e longo prazo) que foram impulsionadas pelas altas constantes nas taxas de indicadores dos investimentos de renda fixa afetados a DI. O lucro líquido da Companhia em 2022 foi de RS 9,9 milhões, com margem líquida de 34,32%, representando 15,02% acima do mesmo período do ano anterior, que foi de 19,30%.

A Companhia obteve em 2022, um EBITDA de RS 8,9 milhões, atingindo margem EBITDA de 30,99%, demonstrando que a empresa consegue pagar caixa com o negócio, sem depender das receitas financeiras.

Investimentos
 Em 2022 foi iniciado projeto para implantação de sistema de energia fotovoltaica, uma fonte renovável que tem como principal processo a conversão de radiação solar em energia elétrica, utilizando placas solares instaladas na cobertura das edificações dos armazéns, com capacidade de 621,3 kWp de potência. Este investimento está estimado em R\$ 3,4 milhões e o seu retorno se dará em 8 anos, através da economia de R\$ 400 mil/ano, nas despesas com energia elétrica. Foram adquiridas 10 (dez) empilhadeiras elétricas, no total de R\$ 2,05 milhões, todos provenientes de recursos próprios. Os investimentos acima referidos estão em consonância com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Controlador.

Para 2023, a Companhia planeja investir em torno de R\$ 4,2 milhões, com recursos próprios. Grande parte deste valor será investida na adequação do Porto Seco, às novas exigências contidas em Portarias da Receita Federal do Brasil e se referem a atualização tecnológica dos recintos alfandegados. Outro investimento previsto é a aquisição de mais 04 (quatro) empilhadeiras elétricas para completar o parque de equipamentos elétricos em substituição ao sistema de combustão.

Recursos Humanos
 Atualmente, o quadro funcional permanente é composto por 67 empregados, aprovados mediante concurso público e submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. São proporcionados, aos empregados, diversos benefícios, dentre eles auxílio creche/babá, auxílio escola, plano de saúde e odontológico, seguro de vida em grupo, vale alimentação, vale refeição e 13º vale alimentação. Conta também com 153 colaboradores, distribuídos entre estagiários, jovens aprendizes e terceirizados, estes relacionados à prestação de serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços gerais.

Para incentivar o comportamento voltado para resultados, mantendo empregados comprometidos e satisfeitos com seu trabalho, a Companhia, no ano de 2022 distribuiu parte do resultado líquido de 2022, a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

A Companhia ofereceu aos seus empregados treinamentos de qualificação específicos por setores de atuação, como também de conscientização sobre os riscos e segurança no ambiente de trabalho.

Em 2022 também foi preparado para a Diretoria e Conselheiros, Plano de Desenvolvimento de Administradores, Conselheiros de Administração e Fiscal voltados, principalmente, às práticas de Governança Corporativa, com temas voltados para Legislação societária e de mercado de capitais, Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo, Política de Divulgação de Informações, Controle Interno; Código de Ética e Conduta e Lei nº 12.946, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

Sustentabilidade
 Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua realizando ações específicas de consumo de energia, água e geração de resíduos. Em 2022, foi dado início ao projeto de geração de energia renovável, através de sistema fotovoltaico conectado que converte a luz solar em eletricidade sem emissão de qualquer gases de efeito estufa ou resíduos poluentes. Aproveitando a troca por energia limpa e segura a Companhia substituirá seu parque de máquinas, adquirindo empilhadeiras elétricas que irão reduzir os impactos de poluentes no meio ambiente, sem emissão de CO2.

Outra atividade aplicada na Companhia é a captação de água da chuva com reservatório com capacidade de estocagem de 50.000 litros, onde serão aproveitadas para os meios não potáveis, como reposição da água dos reservatórios destinados a inóculo, lavagens em geral, entre outros.

Audtores Independentes
 A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informa que não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que não os serviços de auditoria externa durante o exercício de 2022.

Agradecimentos
 Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do RS, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2022

Agostinho Meirelles Martins Neto
 Diretor Presidente

Osmar Paulo Vissel
 Diretor Comercial e Operacional

Silvana Dalmas
 Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

Atua no ramo de Armazéns Gerais na localização de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão com a Receita Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspenso (entropido aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Presta também os serviços de Armazenamento físico de aereos e na Digitalização e Gerenciamento de Documentos para empresas e setor público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em seus pronunciamentos, orientações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

As Demonstrações Financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
 As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas
 O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente, em atendimento ao CPC 47.

Os valores de receita são mensurados pelo valor justo da contrapartida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não futuros são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem armazenadas.

Os valores referentes a serviços de armazenagem prestados, como também, aos relacionados na prestação dos serviços de GED - Gerenciamento eletrônico de documentos, cujos montantes não são praticáveis de serem estimados, considerando as características específicas desses direitos e serviços, são reconhecidos à medida que esses serviços são entregues.

A receita de locação de área é reconhecida pelo método exponencial durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incurre em custos diretos na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados.

A receita de alvará financeiro é reconhecida à medida que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método exponencial com base no tempo e na taxa de juros contratada.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação
 O Lucro por Ação (LPA) deve ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social.

A Companhia não dispõe de instrumentos que devam ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações da Companhia no exercício.

	2022	2021
Número total de ações	700	700
Lucro líquido do exercício	9.894	5.689
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	14	8

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Contribuição Social	1,65%
ISSQN - imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	-
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED	3,00%
- Armazenagem	2,50%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulação devida da COFINS não são reconhecidos no balanço demonstrativo do resultado.

Alvos e passivos de renda e contribuição social
 Alvos e passivos de renda e contribuição social são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com o previsto de sua realização ou liquidação. As alíquotas de imposto e a letra tributária usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre os valores de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada trimestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, quando em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

c) Contas a receber de clientes
 Contas a receber de clientes são registradas de acordo com o CPC 47, sendo devidamente reconhecidas na competência em que ocorre a satisfação da prestação dos serviços aos clientes.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada por meio de análise individual de crédito e risco em relação ao histórico de cobras e pagamentos, conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros.

d) Imobilizado
 A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil	média ponderada
Edificações e benfeitorias	42 anos	-
Máquinas e equipamentos	9 anos	-
Móveis e utensílios	7 anos	-
Veículos	6 anos	-
Equipamentos de informática	3 anos	-
Instalações	10 anos	-

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Intangível
 Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
 No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante por valor recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução de valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há restrição dada provisão para redução a valor recuperável de ativos.

g) Caixa e equivalentes de caixa
 Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

h) Instrumentos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
 Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são reconhecidos diretamente no resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, os quais são avaliados ao custo amortizado.

i) Moeda funcional e de apresentação
 As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

j) Contas a pagar aos fornecedores

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	80	1.658
Aplicações financeiras	5	24.075	17.427
Contas a receber	6	1.778	2.139
Tributos a recuperar	7	1.109	379
Despesas antecipadas	7	20	461
Outros ativos	7	2.395	544
Total do ativo circulante		29.452	22.947
Ativo não circulante			
Aplicações Financeiras	5	33.663	30.218
Tributos diferidos	12	330	336
Depósitos judiciais	9	1.894	1.808
Outros ativos	7	15	147
Imobilizado	8	16.538	16.458
Direito de uso	9	34	56
Total do ativo não circulante		52.664	49.923
Total dos ativos		82.096	71.970

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios fndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	42.100	231	1.697	15.071	-	59.099
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.689	-	5.689
Aumento de Capital	11.000	(231)	(59)	(10.710)	-	-
Resultado líquido	-	-	284	(284)	(284)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	4.054	(4.054)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.351)	(1.351)	(1.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	53.100	-	1.922	8.415	-	63.437
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.894	-	9.894
Reserva Legal	-	-	495	-	-	495
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	7.050	-	7.050
Dividendos propostos	-	-	-	(1.351)	-	(1.351)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.350)	-	(2.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.100	-	2.417	14.113	-	69.630

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios fndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	14	28.626	29.483
Custo dos serviços prestados	15	(12.497)	(13.540)
Lucro líquido		16.329	15.943
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	(230)	(158)	
Gerais e administrativas	15	(9.751)	(9.946)
Outras receitas operacionais	16	1.675	657
Outras despesas operacionais	(1)	(44)	
Lucro antes do resultado financeiro		8.022	6.452
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6.989	2.380	
Despesas financeiras	(56)	(273)	
Lucro líquido do exercício	14.955	6.559	
Imposto de renda e contribuição social	12	(5.056)	(3.187)
Imposto diferido	(5)	317	
Lucro líquido do exercício	9.894	5.689	
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	14	8	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios fndos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	14.955	8.559
Lucro antes dos impostos	14.955	8.559
Ajuste ao lucro		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	826
Depreciações	900	1.134
Resultado baixa imobilizado	(844)	24
Amortizações	16	17
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	18	33
Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução de clientes	348	23.590
(Aumento) redução de outros ativos	(2.077)	(102)
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	(87)	246
Aumento (redução) de partes relacionadas	486	(200)
Aumento (redução) de outros ativos e passivos	2.066	(2.713)
Aumento (redução) de obrigações fiscais	46	49
Aumento (redução) de outros passivos	230	54
A		



BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201 - Canoas - RS

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2021
Ativo			
Circulante:			
Dépósitos Bancários	683	-	683
Aplicações Banrisul CDB/ LF	16.853	-	16.853
Crédito com partes relacionadas	89	-	89
	17.625	-	17.625
Não Circulante:			
Letra Financeira	30.218	-	30.218
	30.218	-	30.218
Passivo			
Circulante:			
Dividendos a pagar	(3.677)	-	(3.677)
Contas a pagar	(725)	-	(725)
	(4.402)	-	(4.402)
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2021
Resultado			
Receitas:	12.298	-	12.298
Locação	1.845	-	1.845
Finança	1.971	-	1.971
Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	7.847	-	7.847
Recuperação de Despesas	635	-	635
Despesas:	(385)	(822)	(1.217)
Comunicação	(381)	-	(381)
Outras	(14)	(822)	(836)
	11.903	(822)	11.081

Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social. A AGOE realizada em 20/04/2022 aprovou para o exercício de 2022, o montante global de R\$ 2.950.
No período findo em 31 de dezembro de 2022 foi pago o montante de R\$ 2.510 (R\$ 1.767 em 31 de dezembro de 2021) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal. A Companhia não oferece a suas pessoas-chave beneficiária de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.955	14.955	8.559	8.559
(+) Outras adições	1.086	1.045	786	736
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	60	60	1.059	1.059
(+) Outras Exclusões	(822)	(822)	(776)	(776)
Base de cálculo	15.219	15.178	9.628	9.579
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.781	1.366	2.383	862
(-) Incentivos fiscais e outros	(91)	-	(56)	-
IRPJ e CSLL Correntes	3.690	1.366	2.327	862
IRPJ e CSLL diferidos	4	1	(233)	(84)
TOTAL IRPJ e CSLL	3.694	1.367	2.092	778

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil, provenientes de provisões temporariamente indedutíveis. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Os saldos dos ativos diferidos, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	326	4	-	330
Provisão para riscos trabalhistas	105	6	-	111
Provisões para riscos cíveis	474	(0)	-	474
Total de ativos diferidos	905	10	-	915
Depreciação CPC 27	(569)	(17)	1	(585)
Total de passivos diferidos	(569)	(17)	1	(585)
Crédito tributário líquido	336	(07)	1	330

O saldo de créditos tributários está contabilizado no ativo não circulante.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

Aprovação da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	31/12/2022
2023	114
2024	114
2025	114
2026	125
Após 2026	458
Total	915

O valor presente total dos ativos diferidos em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 635, calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa Selic, prorrateada para o período correspondente.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 53.100 (R\$ 53.100 em 31 de dezembro de 2021), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., seu controlador.
b) Distribuição de resultados:
O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral. Em 20 de abril de 2022 foi aprovada através da AGOE a destinação de 30% do lucro líquido do exercício de 2021 como dividendos. Dessa forma durante o segundo trimestre de 2022, houve a destinação de R\$ 1.351 em adição ao dividendo mínimo obrigatório já destinado em 31 de dezembro de 2021.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	9.894	5.689
Reserva legal (5%)	(495)	(284)
Base de cálculo dos dividendos	9.399	5.405
Dividendos (25%)	2.350	1.351

14. RECEITA
A receita líquida é composta como segue:

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	25.963	25.106
Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	7.275	7.847
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(4.253)	(3.285)
Descontos e cancelamentos	(159)	(185)
Receita operacional líquida	28.826	29.483

a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS e ISSQN.

15. NATUREZA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
a) Custos dos serviços prestados

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Pessoal	4.855	4.342
Terceirizados	4.318	4.357
Depreciação e amortização	497	847
Energia elétrica	292	382
Combustível	258	248

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Gastos com veículos	22	52
Despacho aduaneiro	83	68
Conservação e manutenção	1.326	1.076
Seguro	449	451
Material de expediente	99	86
Armazenagem p/ clientes	-	129
Despesa de aluguel	41	812
Outras	257	710
Total	12.497	13.540

b) Despesas Administrativas

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Pessoal	2.750	2.339
Terceirizados	1.387	1.288
Honorários da administração	2.510	2.589
Depreciação e amortização	327	313
Comunicação	422	411
Energia elétrica	31	35
Combustível	25	44
Gastos com veículos	510	(187)
Reclamatórios trabalhistas	48	342
Contingências cíveis	160	90
Conservação e manutenção	504	524
Despesas tributárias	536	435
Outras	13	826
Seguro	8	2
Informática	53	210
Materiais de expediente	274	221
Débitos incorridos	4	258
Total	9.751	9.946

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Recuperação de Despesas (a)	709	636
Recuperação de Créditos – Lei 9.430/96	4	21
Indenizações Diversas	72	-
Outras Receitas Diversas	45	-
Receita Venda de Imobilizado - Leilão	845	-
Total	1.675	657

a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água, luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
Gestão de riscos
A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.
O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.
A Companhia considerou aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados como custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	31/12/2022	31/12/2021	Classificação CPC 48
Circulante			
Aplicações Financeiras	24.070	17.666	Custo Amortizado
Clientes	1.987	3.008	Custo Amortizado
	26.037	20.674	

	31/12/2022	31/12/2021
Não Circulante		
Letra Financeira	33.663	30.218
	33.663	30.218
Total	59.700	50.892

Gestão de capital
A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.
Risco de crédito
O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.
Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretária da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, reclusas mercadorias.
Risco de mercado
Risco de mercado é definido como a probabilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio.
A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. O ativo financeiro da Companhia é composto pelo CDB com referencial pós-fórmula. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 15,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2022.
Risco de liquidez
Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.
Pode ser classificado em:
Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.
Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume nominalmente transacionado ou em razão de alguma desconformidade no mercado.
Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise.
É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.
Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em CDB. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 15,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2022.

Risco Operacional
O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.
18. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA
A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.
19. COBERTURA DE SEGUROS
A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.
Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$40 milhões para danos materiais e R\$100 mil para responsabilidade civil.

20. SEGMENTOS OPERACIONAIS
A Companhia atua como prestadora de serviços de armazenagem, guarda e conservação de mercadorias, produtos e documentos, dispostos no entreposto aduaneiro em depósito alfândega ou em espaços disponíveis na área de sua propriedade, que poderão ser locados para terceiros conforme atividades descritas na nota explicativa nº 1.
As atividades realizadas são complementares, em âmbito os segmentos, sendo controladas e gerenciadas pela Companhia, e seus resultados são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

	Agostinho Mirelles Martins Neto Diretor Presidente	Silvana Dalmás Diretora Administrativa, Financeira e de Relação com Investidores	Laumann Schneider Serviços Contábeis Ltda CNPJ: 03.708.352/0001-20 CRC-RS 03-3022 Resp. Técnico: Marco Aurélio Leindecker Contador CRC-RS 54653
--	---	---	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Administradores e aos Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 2 a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Reconhecimento da receita
Conforme descrito na nota explicativa nº 3 (a) as demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente de serviços de armazenagem e prestação de serviço de gerenciamento eletrônico - GED. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como peso, valor monetário da mercadoria ou espaço ocupado.

Esse assunto foi tratado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dessas operações no contexto das demonstrações financeiras e da complexidade na captura, no processamento e no registro das transações.
Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíam, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo adotado para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência contábil, com base na estimativa elaborada pela Companhia, incluindo a avaliação da estimativa de receita não futura; e (c) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no pronunciamento técnico e consistente em relação às demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os aspectos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de certeza que não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira completa com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança da Companhia, de acordo com os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dessas assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências financeiras de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2023

Deloitte DELOITTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP 011609/0-8 Fº RS

Carlos Claro
Contador
CRC 1 SP 236588/0-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos I e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Baseado no exame precedido, sem informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2023.

	Cesar Luis Baumgratz Conselheiro	Adilson Troca Conselheiro	Eldi Asti Stierz Conselheiro
--	-------------------------------------	------------------------------	---------------------------------